

A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO RECIFE

Data de submissão: 22/01/2024

Data de aceite: 01/02/2024

Rosana Maria dos Santos

Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE)
Recife -PE

<http://lattes.cnpq.br/3900261605147923>

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar o acesso à educação primária no Recife na década de 1960. Nesse período houve as implementações das políticas públicas voltadas ao acesso à educação e à cultura, que oportunizaram aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. O surgimento de espaços de compartilhamento do conhecimento foram uma inovação na cidade, pois proporcionaram às crianças e aos jovens a possibilidade do aprendizado. No entanto, essa apropriação do saber viabilizada ao povo, foi definida e controlada pelo Estado, através das elites intelectuais do Recife. Foi através do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no dia 13 de maio de 1960, durante a primeira gestão do prefeito Miguel Arraes, que houve a difusão de um programa educacional em que a alfabetização de crianças e adultos foi uma prioridade. A finalidade do

movimento era elevar o nível cultural dos menos favorecidos, assim como também, melhorar sua capacidade de compreender, interpretar e transformar a realidade em que viviam, através de ideias sociais e políticas emancipatórias.

PALAVRAS - CHAVE: Alfabetização, Escolas primárias, Educação popular, Recife, Movimento de Cultura Popular

ABSTRACT: The article aims to analyze access to primary education in Recife in the 1960s. During this period, public policies were implemented aimed at access to education and culture, which gave Recife residents the opportunity to encounter their own identity as a human being. The emergence of knowledge sharing spaces was an innovation in the city, as they provided children and young people with the possibility of learning. However, this appropriation of knowledge made possible for the people was defined and controlled by the State, through the intellectual elites of Recife. It was through the Popular Culture Movement (MCP), created on May 13, 1960, during the first administration of Mayor Miguel Arraes, that an educational program was disseminated in which literacy for children and adults was a priority. The

purpose of the movement was to raise the cultural level of the less favored, as well as to improve their ability to understand, interpret and transform the reality in which they lived, through emancipatory social and political ideas.

KEYWORDS: Literacy, Primary schools, Popular education, Recife, Popular Culture Movement

O RECIFE MODERNO E O POVO MAL-EDUCADO

No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

No século XX o Brasil passa por um processo de modernização, e os centros urbanos foram os primeiros a mostrarem os sinais de progresso. A industrialização e a urbanização proporcionaram o alargamento da esfera dos direitos para os setores subalternos da sociedade, ou seja, os trabalhadores urbanos. Assim, a historiografia nos mostra que na década de 1930 a sociedade brasileira passa por profundas mudanças sociais, culturais e políticas. Segundo o historiador Boris Fausto, é no período Vargas que o processo de urbanização e a participação da burguesia consolidam-se. Junto a esse processo de desenvolvimento e ascensão social burguesa, o Brasil, também viveu um processo de transformação cultural e educacional (FAUSTO, 1976).

Nos anos de 1930, o Recife já apresentava claros sinais de modernização e contrastes sociais. A cidade contava com cerca de 1.148 empresas, das mais diversas áreas de produção; possuía uma indústria têxtil expressiva, com 5.453 operários, com destaque a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, que ficava situada no bairro da Torre. Em termos de habitação, existiam 23.210 mocambos e 23.869 prédios, com uma população que variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000).

O historiador Paul Singer traz grandes contribuições para o estudo do crescimento urbanísticos nas cidades nas décadas de 1950 e 1960, para ele, o que houve no Brasil foi uma busca pela “economia política da urbanização”. Para Singer, existem regiões cuja população emigra, já outras regiões recebem esta população, também conhecido como “fatores de atração”. Desse modo, o historiador afirma que o fator de atração mais importante é a demanda por força de trabalho derivada das atividades industriais e dos serviços públicos, privados ou autônomos (SINGER, 1980).

O aumento populacional do Recife trouxe receio para as elites locais. Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da

cidade.¹ Na perspectiva de Arend,

Desde o início do século, que os pobres foram considerados um problema social no Brasil[...]. Populações oriundas de pequenas cidades e da zona rural migravam para os centros urbanos de médio e grande porte em busca de melhores condições de vida, entendidas, sobretudo como possibilidade de acesso a um trabalho, mobilidade social e consumo moderno (AREND, 2015, p.7).

O processo de industrialização do século XIX trouxe os traços iniciais para o processo de urbanização do Recife no século XX. O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de um aumento populacional decorrentes do crescimento vegetativo e dos fluxos migratórios. Esse aumento populacional, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%), para uma outra, em que há dominância da primeira (1960 - 65,7%) sobre a segunda (PONTUAL, 2001).

A modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Conseqüentemente, essa industrialização resultou na chegada de mão de obra, principalmente de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas. Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social.

Bourdieu conceitua distinção como uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, que retira os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade porque remete as práticas de consumo culturais a uma estrutura relacional. Para o sociólogo, desde cedo o homem busca estabelecer que as práticas culturais junto com as preferências em assuntos como arte, educação, música, preferências políticas, entre outros, estão ligadas ao nível de instrução, capital acumulado e herança familiar (BOURDIEU, 2007).

Os locais de divertimento, lazer e espaços de leitura eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam que as camadas populares usufríssem desses bens culturais, pois eram espaços que serviam para distinguir economicamente e socialmente a população recifense. Segundo o historiador Raimundo Arrais (1998), esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. Por isso, torna-se comum a construção de grades em praças e jardins do Recife, que tinham por objetivo excluir os populares de certos lugares públicos, deixando bem claro até que ponto a exclusão social

1 Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: "urbanizar, civilizar e modernizar". As elites dominantes buscavam fomentar, a todo o momento, a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

foi latente na urbe. As camadas pobres do Recife sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre o povo eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de domesticar e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

A modernização implementada nas primeiras décadas do século XX alterou não apenas a aparência física da cidade, ela trouxe também intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões de comportamento e convivência social nos espaços de lazer e divertimento geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. As elites brigavam para dominar os espaços públicos, sobretudo, as ruas, porém não conseguiram controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas. A população recifense, principalmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Nesse contexto, enquanto o sistema político e social estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão, as políticas culturais e educacionais estariam a serviço da dominação econômica e política das classes abastardas. Fazia-se necessário refletir sobre a relação de dirigentes e dirigidos. No entanto, para transformar essa relação, marcada pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano cultural quanto educacional.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, houve um grande aumento populacional nas áreas urbanas do Recife. A população urbana, pela primeira vez aparecia no censo, maior que a população rural. Conseqüentemente, o processo de urbanização revelou o analfabetismo, que foi erigido no país como um problema pedagógico e político, transformando-se quase que de repente num rótulo, em um problema sem solução (FERRARO, 2009).

Foi nas décadas de 1950-1960, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos. A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam ‘democratizar’ a cultura e a educação na cidade do Recife.²

2 Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela ascensão de duas lideranças políticas com características democrática e progressista, assim ficaram conhecidos os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, ambos com perfil ideológico de esquerda, muito diferente de todos que já tinham governado o Recife e Pernambuco. Esses políticos nasceram da Frente do Recife (movimento político que unificava democratas, progressistas, trabalhistas, socialistas e comunistas). Eram Governos que, pela primeira vez, atuavam junto às massas (periféricas na cidade do Recife, no caso de Pelópidas e camponeses explorados nas regiões produtoras de cana de açúcar, no caso de Arraes).

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM

No final do século XIX, as elites políticas passaram a fortalecer a ideia de que pela multiplicação das instituições escolares e a disseminação da educação popular, seria possível incorporar camadas populares do Recife ao progresso nacional e assim equiparar o Brasil aos padrões europeus. No entanto, é válido destacar que a escola primária pública (hoje educação básica dos anos iniciais) no Brasil, nunca foi uma prioridade política e social. É válido destacar que desde a independência, o ensino secundário e o superior eram prioridades no país.

O projeto da instrução pública e da educação nacional primária ganha força e notoriedade durante a república, tornando-se assim um projeto de nação. Nesse contexto, a república tinha alvos fundamentais: as crianças, que não gozavam de uma imagem positiva, até então³, e os adultos não alfabetizados. É na república que a infância passa a ser considerada um problema político e econômico, e assim fez-se necessário criar políticas públicas que tinham por objetivo recuperar a infância sem nenhum tipo de instrução. O outro era o adulto, que na perspectiva do Estado precisava ser controlado e vigiado. A escola da república possibilitou, para aqueles que puderam usufruir dela, uma instrução pautada na civilidade e na ordem (LAJONQUIÈRE, 2003).

A institucionalização da Rede Municipal de Ensino no Recife remonta ao século XIX. Em 1895, foram inauguradas as três primeiras escolas municipais em parceria com o governo do Estado: a Escola de Santo Amaro das Salinas⁴; a Escola Pinto Damaso, localizada no Bairro da Várzea e a escola Municipal da Iputinga.

A implantação das primeiras escolas municipais aconteceu em parceria com o Governo do Estado. Apesar do quantitativo de 100 escolas municipais em 1897, o que se evidenciava nos relatórios era a precariedade das escolas. A grande maioria das escolas eram isoladas, de uma sala só. Analisando as três primeiras décadas do século, o quantitativo de escolas praticamente continuou o mesmo, podendo se tirar as conclusões de que a expansão da incipiente rede foi lenta e sem uniformidade (RECIFE, 2014).

O estabelecimento de escolas públicas de primeiras letras estava relacionado à vontade política das elites locais, visto que a criança passou a ser peça importante do projeto moral e cívico de desenvolvimento nacional. As documentações, referentes a temática, nos revelam que não houve nenhum tipo de proibição ao acesso à população livre e pobre às escolas, tanto na condição de aluno como na condição de mestre. No entanto, a própria condição de miserabilidade afastava crianças e adultos da escola. A falta de roupas e calçados adequados eram um dos principais motivos para evasão escolar, tendo

³ Sobre a concepção social de crianças ver: ARIÈS (1978); DEL PRIORE (2004); VENANCIO (1997).

⁴ Em 1904, foi apresentado ao Prefeito do Recife um relatório cujo diagnóstico apresentava que o bairro: “ Santo Amaro das Salinas situado na freguesia da Boa Vista, possuía muitos meninos e meninas crescidos (as), além disso, o relatório constatou que o local era muito populoso e de habitantes na sua maioria pobres, os quais não podem morar em outros pontos da cidade e procuram como refúgio aquela parte. Relatório da Industrialização Pública do Município do Recife apresentado do Exmo. Sr. Comendador Prefeito - Tip. Do Diário de Pernambuco, 1904 (PINTO, 1931).

em vista que eram proibidas, no Recife, a entrada de crianças ‘maltrapilhas’ e descalças nas escolas.

A tabela a seguir nos relevam os principais motivos da evasão escola nos de 1930 nas escolas municipais do Recife.

MOTIVOS	TOTAL			%		
	M	F	T	M	F	T
Doença na própria pessoa	505	893	1.398	51,27	55,40	58,63
Motivos vários	515	843	1.354	52,30	52,30	52,88
Doenças em pessoas de casa	296	602	896	29,85	37,35	34,50
Falta de roupa ou calçado	229	308	532	23,25	18,80	20,49
Falta de livros	101	161	262	10,25	9,99	10,09
Falta de dinheiro para o bonde	54	64	120	5,48	4,09	4,62

Tabela: Resultado do inquérito social nos grupos escolares do Recife em 1931, realizado pelas alunas de Sociologia da Escola Normal e pelos inspetores escolares.

Fonte: PINTO, 1931, p. 49 (adaptada).

Diante do exposto, o que podemos observar é que os alunos que frequentavam a escola no início do século XX eram em pequeno número, pois o ambiente só se tornou acessível às famílias que possuíam melhores condições econômicas e sociais, ou seja, as crianças, que em sua minoria, frequentavam as escolas eram as que tinham boas condições financeiras para cumprir as exigências das instituições de ensino, tais como: vestimentas e material escolar.

Outro ponto importante, que a tabela acima nos permite problematizar, é o alto índice de evasão escolar das crianças do sexo feminino, o que corrobora com a tese defendida pela historiadora Silvia Arend de que a educação das meninas, no início do século XX, se limitava aos trabalhos domésticos. Os pais defendiam a ideia de que a aprendizagem dos serviços do lar era suficiente para a educação das moças.

A pesquisa também revelou o alto índice de crianças e seus familiares que apresentavam enfermidades. Eram as classes mais pobres que estavam vulneráveis. As doenças, a precariedade das habitações dos subúrbios do Recife e a falta de higiene de muitas habitações revelavam o alto índice de mortalidade infantil. Durante o I Congresso Brasileiro de proteção à Infância, em 1922, a higiene dos infantes foi tema de interesse dos que estavam ali reunidos. A articulação dos médicos-higienistas reivindicava a necessidade da higienização da infância através de investimentos na saúde e nas políticas públicas de prevenção às doenças. Além disso, a saúde da criança representava o acréscimo de forças para o progresso do país, por isso foi visto como um problema de ordem social que colocava em risco a soberania da economia. A falta de higienização e conseqüentemente a precariedade da saúde física dos excluídos foram vistos como ameaça ao progresso. O que fundamentava a intervenção do Estado para a solução da higienização da infância.

Nesse sentido, o problema dos infantes foi qualificado ora como questão do Estado, ora como um problema social (GONDRA, 2000).

Desse modo, diante dos problemas que a pesquisa evidenciou, a rede municipal de ensino contava com um baixo índice de frequência por parte dos alunos. A Lei nº 1842, de 30 de dezembro de 1926, possibilitou ao Governo do Estado a unificar o Ensino Primário em todo o Estado. Esse fato ocasionou algumas mudanças no direcionamento das políticas educacionais, uma das medidas foi a centralização do Ensino Primário, que extinguiu a Diretoria da Instrução Pública Municipal e transferiu para o Estado toda a Rede Municipal (RECIFE, 2014).

Com a estadualização das escolas municipais, o Recife só volta a constituir uma rede de ensino na década de 1960 com a chegada de Miguel Arraes de Alencar à Prefeitura. Essa municipalização do ensino, no Recife, contou com o apoio do Movimento de Cultura Popular (MCP) - cujo objetivo principal era a valorização da cultura popular-, das associações de bairro, dos grupos políticos, dos intelectuais e dos estudantes secundaristas e universitários. Arraes tinha plena consciência da necessidade de criar políticas públicas que trouxessem transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam democratizar a cultura e a educação.

A concepção de uma educação emancipatória começa a ganhar força na década de 1920, com o advento dos movimentos anarco-sindical. Posteriormente, as ideias de educação e conscientização social ganham mais força nas décadas de 1940 e 1950. As campanhas de alfabetização também passam a impulsionar a educação popular e emancipatória. Esses movimentos em prol da educação para todos ganham força, sobretudo, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país (BRAYER, 2010).

Em 1957, debatia-se no Congresso Nacional, através do projeto de lei nº 2.222/1957, as diretrizes orientadoras da educação no Brasil, o que procedeu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 4.024/1961). Um dos aspectos importantes evidenciados pela lei foi a responsabilização dos municípios com a educação, orientando-os a convocar os populares para realizarem a matrícula na escola primária. Nesse contexto, quando o MCP foi estruturado não existiam escolas municipais primárias no Recife. Em 1958, Aderbal Jurema (secretário de Educação de Pernambuco), relatou que o Recife era o único município que não tinha escolas primárias (SOUZA, 2019)

O MCP foi fundado por lideranças políticas e intelectuais em 1960, e tinha como principal objetivo difundir um programa cultural e educacional, em que a alfabetização de crianças e adultos deveria ser promovida. O Movimento de Cultura Popular foi criado como uma entidade privada sem fins lucrativos, que se mantinha graças a convênios que, na prática, foram quase que exclusivamente firmados com a Prefeitura da cidade do Recife e o governo do Estado de Pernambuco. Entre os seus fundadores encontram-se Germano Coelho, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, Aloízio Falcão, Paulo Freire, Francisco Brennand e Luís Mendonça (MAURÍCIO; CIRANO, 1978). O Movimento

surgiu como um departamento autônomo da municipalidade recifense, tendo como apoiador o recém-eleito Miguel Arraes, que definiu como uma das principais metas do seu governo solucionar o alto índice de analfabetismo na capital pernambucana.

Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aulas. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo⁵.

Arraes alegou falta de recurso financeiro da municipalidade para custear um projeto educacional capaz de solucionar a questão do analfabetismo, por isso buscou apoio de um grupo de intelectuais progressistas. O projeto de educação para o Recife começou a ser gestado a partir de uma reunião com artistas, políticos e educadores. A partir dessa encontro brotou a ideia da criação de um movimento largo e amplo de educação de base e de democratização da cultura, que até então era limitada as classes privilegiadas da sociedade. O projeto inicial era o de unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida de crianças, jovens e adultos através da educação e da cultura.

[...]se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras⁶.

A educação no Recife era preocupante, a falta de unidades escolares afetava mais de 50% das crianças, em idade escolar de 7 a 12 anos, e mais de 66%, ou seja, 98.281, se considerassem a idade de 5 a 14 anos, estavam sem frequentar a escola. Diante dos fatos, o clamor do povo por políticas educacionais se tornou latente (RECIFE, 2014).

Miguel Arraes, sofrendo forte pressão popular, precisava criar um plano para responder aos anseios dos vários setores da sociedade, que lutavam por transformações político-sociais, a partir da mobilização dos setores populares através da educação. Dentre as propostas lançadas pelo atual prefeito estavam: a criação, orientação e supervisão de escolas primárias; orientação pré-profissional; aconselhamento e encaminhamento dos alunos das últimas séries primárias para cursos que valorizassem a formação profissional; orientação educacional e assistencial através de acompanhamentos psicológicos as crianças; recrutamento de pessoas ou entidades especializadas ou capazes de exercer ações educacionais e por fim, organizar oportunamente uma associação de pais, destinada a levar o povo a desejar, cada vez mais, contribuir com a sua própria educação colaborando com o poder público para a manutenção da escola⁷.

5 Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. APGC.

6 Entrevista de Arraes. In: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

7 PLANO municipal de ensino foi apresentado ontem ao Prefeito. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de jan de 1960, p.13.

A população recifense rapidamente atendeu aos apelos de Miguel Arraes e passou supervisionar o ensino primário no município, por meio das Associações de Bairros e das Sociedades Benéficas⁸. A Prefeitura Municipal do Recife, também implementou medidas internas para que o plano de ensino municipal tivesse êxito, por isso deslocou funcionárias diplomadas que ocupavam funções burocráticas, para atividades de ensino. Assim, em março de 1960 começam a funcionar 26 turmas, absorvendo 1.040 crianças⁹. Além da redistribuição das funcionárias da prefeitura para sala de aula, o município também contratou professoras e fez compras de matérias escolares, que foram pagos através das parcerias da Prefeitura com as indústrias e comerciantes locais¹⁰. Para Fávero (2011),

Dentre as formas de luta popular que sugeriram naqueles anos (referindo-se aos anos de 1960), ou que neles conseguiram se fortalecer, uma delas se chamou cultura popular; e ela subordinava outra: a educação popular. Nesse campo, tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e politização – ou seja, da organização das classes populares. (FÁVERO, 2001, p. 9).

Apesar de enfrentar pressões e críticas de opositoristas do governo Miguel Arraes, o MCP teve um grande desenvolvimento e proporcionou vultosas mudanças no campo educacional e cultural. No final de 1962, já contava com quase 20.000 alunos divididos em mais de seiscentas turmas, distribuídos entre duzentas escolas. O campo de atuação do MCP era alfabetização de crianças, adolescentes e adultos em salas de associações de bairros, templos e entidades esportivas. Posteriormente o Movimento promoveu a instalação de galerias de arte, cinemas, teatros, parques de recreação e oficinas de artes plásticas, além disso, a realização de mesas-redondas sobre cultura popular e da valorização do artesanato e de festas tradicionais.

Os conservadores de direita defendiam que o Movimento tinha ideais esquerdistas e que seus integrantes estariam supostamente filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo Miguel Arraes caracterizado por esses setores da direita como adepto à ideologia comunista, simplesmente por defender os trabalhadores urbanos e rurais. O movimento além de ter um cunho educacional voltou-se também para o fomento da cultura na capital pernambucana (GASPAR, 201?).

A democratização da cultura é a força criadora do diálogo, é o esclarecimento das consciências e da liberdade da criação da cultura feita pelo povo. O MCP com seus círculos de cultura permitiu aos menos favorecidos a oportunidade de refletir sobre a sua própria existência. Sobre sua posição no mundo. Sobre seu trabalho e seu poder de transformar o mundo. Para Freire, *A educação das massas é algo absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desviada da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e*

8 POPULAÇÃO atende ao apelo do prefeito Miguel Arraes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de fev de 1960, p.3.

9 COMEÇAM as ações para implantação do Plano Municipal de Ensino. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de fev de 1960, p.3.

10 167 PROFESSORAS e 2.524 bancas para a Prefeitura atuar em Casa Amarela. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 abr. 1960.

de libertação (FREIRE, 1999, p.36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pelo Movimento de Cultura Popular, visando o desenvolvimento da prática educacional e cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstram a importância do papel do Estado frente à consecução do exercício da cidadania, por outro revelam os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes, sobretudo governos autoritários.

Desse modo, as políticas públicas de fomento à cultura e à educação desenvolvidas pelo Movimento de Cultura Popular, conseguiram sobreviver durante alguns anos, constituindo assim, um fato inédito no processo de alfabetização das massas populares. É inegável que o MCP foi uma organização que teve por finalidade reunir a população recifense para dar sustentação política a uma determinada elite. Ou seja, no núcleo dos trabalhos daquele movimento, estava o desejo de incorporar as camadas populares no jogo da política institucionalizada, embora o Movimento tenha ido além em suas ações e em seu significado histórico. É válido destacar que o MCP só conseguiu executar os seus projetos graças a valorização dos populares menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Convenção sobre os Direitos da Criança**: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

AREND Sílvia Maria Fávero. **Trabalho, escola e lazer**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012, p: 65-8.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRAYNER, Flávio. **O MCP e a invenção do povo**. Revista Continente, Recife, ano X, p. 54, maio/2010.

CHARTIER, R. **Do livro à leitura**. In: Práticas da leitura [sob a direção de Roger Chartier]. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CHRISPINO, Alvaro. **Políticas Públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

- COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.
- COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jailson Pereira. **Os Anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. História e historiografia**. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GASPAR, Lúcia. **Movimento de Cultura Popular**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 de jan de 2024.
- GONDRA, José G. **A Sementeira do porvir**: higiene e infância no século XIX. Educação e Pesquisa. V. 26, nº1, São Paulo: jan/jun, 2000.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha**: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- LINS, A. M. GREGO; Lira, A. P. A. **A Imprensa Recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). Síndrome da Mordaça: mídia e censura no Brasil. 1ed.São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007, v. 01.
- LAJONQUIÈRE, Leandro. **A infância que inventamos e as escolas de ontem e hoje**. Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas, v.8 (15), 2003, p. 140-159.
- PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- PINTO, Estevão. **A escola e a formação da mentalidade popular do Brasil**. Ed. Proprietária. São Paulo. 1931,p. 49.
- PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife**: história de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: subsídios para atualização da organização curricular. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). – 2 ed. -- Recife: Secretaria de Educação, 2014. (v. 1).

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife**: História de uma Cidade. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

ROSAS, Paulo. **Movimento de cultura popular**: memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986. pp. 23-24.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954**. Recife: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SOUZA, Kelma Beltrão. **As escolas radiofônicas anunciam uma educação regionalista**. Comunicação & Educação, v. 1, p. 20-29, 2019.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha**: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VAINSENER, Semira Adler. **Inglese em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 30 de jul de 2020.

VENANCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada**. In: PRIORE, Mary del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.